



Requerimento nº
(Vários Deputados,

RQ 1446/2004

Em 14/09/04
Câmara Legislativa

de Protocolo Legislativo para registro e, em
seguida, à Mesa Diretora, via ASSP.
Em 14/09/04

Paulo Roberto Guimarães de Castro
Chefe da Assessoria de Planário

Requerem a constituição, no âmbito desta
Casa, de um Fórum Permanente de
Discussão de Medidas Econômicas,
Fiscais e Tributárias que Tenham Impacto
na Arrecadação Tributária do Distrito
Federal.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Com amparo no que dispõe o Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a
constituição, no âmbito desta Casa, de um Fórum Permanente de Discussão de Medidas
Econômicas, Fiscais e Tributárias que Tenham Impacto na Arrecadação Tributária do
Distrito Federal.

Justificação

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ nº 1446/04
Fls. N.º 01 Paulo

Ao longo dos últimos anos, tem se consolidado no País inteiro uma ampla, intensa e
permanente disputa entre as diferentes unidades da Federação por preservar e, quando
possível, atrair empresas para os seus respectivos territórios tendo sempre como
objetivo primordial garantir e, até mesmo, aumentar os seus níveis de arrecadação
tributária.

Como parte dessa disputa, vários estados têm concedidos generosos e crescentes
benefícios fiscais e variados incentivos econômicos, creditícios e financeiros, criando,
com isso natural instabilidade nos níveis de arrecadação, pois, muitas empresas
terminam migrando entre os diferentes estados ao sabor dos incentivos que são
oferecidos, com prejuízo, quase sempre, para os cofres públicos. Isso porque o que um
estado ganha em termos de incremento de arrecadação quase sempre é em detrimento
de outras unidades da Federação, o que faz que o resultado dessa disputa, em termos
globais, termine sendo um jogo de saldo zero.

Um exemplo mais recente dos efeitos dessa guerra foi a recente medida adotada
pelo governo do Estado de São Paulo, que desde o último dia 31 de julho passou a
proibir que as empresas paulistas aproveitem o crédito do ICMS decorrentes de
mercadorias adquiridas de empresas sediadas aqui no Distrito Federal. Essa medida,
adotada unilateralmente pelo Estado de São Paulo irá produzir, segundo estimativas da
Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, uma redução na arrecadação local do ICMS de
aproximadamente oito milhões de reais apenas nesse primeiro mês de vigência da
medida. No médio e longo prazos, se o impasse não for superado poderão ocorrer
perdas maiores de arrecadação, aumento nos níveis de desemprego e outras
consequências sociais negativas para a população local.

05/14/09/04 17:43:40

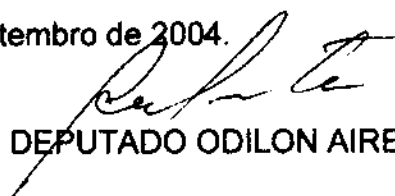


Partindo do princípio de que não há qualquer motivo para que se acredite que essa disputa entre os estados, mais conhecida como guerra fiscal, venha a ser resolvida no curto prazo, julgamos da maior relevância que esta Casa tenha canais permanentes de acompanhamento das medidas de natureza econômica, fiscal, tributária, creditícia, dentre outras que venham a impactar a arrecadação local para que, em conjunto com os representantes do Poder Executivo, do setor produtivo e de outros segmentos interessados na questão sejam estudadas medidas para superar os efeitos negativos de tais medidas para o Distrito Federal.

Isso posto, e considerando a inegável importância do tema em apreço, esperamos contar com o apoio de todos os Parlamentares desta Casa para a aprovação do Requerimento ora apresentado.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.


DEPUTADO BENÍCIO TAVARES


DEPUTADO ODILON AIRES



DEPUTADO PAULO TADEU


DEPUTADA ERIKA KOKAY


DEPUTADO CHICO FLORESTA


DEPUTADA ELIANA PEDROSA

DEPUTADO WIGBERTO TARTUCE


ARLETE SANZ PATO
(Augusto Carvalho) 